

TERMO DE REFERÊNCIA Consolidado

Objeto: Registro de Preços para futura e eventual contratação de empresa(s) especializada(s), visando o **FORNECIMENTO DE MATERIAIS DE COPA, COZINHA, ACONDICIONAMENTO E EMBALAGENS** que serão destinados às Secretarias Municipais de Obras, Urbanismo e Serviços de Utilidade Pública; Agricultura, Comércio, Indústria e Turismo; Meio Ambiente; Gabinete do Prefeito; Administração; Finanças; Educação, Cultura, Esporte e Lazer; Fundo Municipal de Assistência Social e do Trabalho; e o Fundo Municipal de Saúde e Bem Estar, deste Município.

Boquim (SE), 18 de março de 2026.

TERMO DE REFERÊNCIA

1. DEFINIÇÃO DO OBJETO

1.1. O presente Termo de Referência tem por objeto a instauração de procedimento licitatório, na modalidade Pregão Eletrônico, com adoção do Sistema de Registro de Preços, visando o **FORNECIMENTO DE MATERIAIS DE COPA, COZINHA, ACONDICIONAMENTO E EMBALAGENS** que serão destinados às Secretarias Municipais de Obras, Urbanismo e Serviços de Utilidade Pública; Agricultura, Comércio, Indústria e Turismo; Meio Ambiente; Gabinete do Prefeito; Administração; Finanças; Educação, Cultura, Esporte e Lazer; Fundo Municipal de Assistência Social e do Trabalho; e o Fundo Municipal de Saúde e Bem Estar, deste Município, de acordo com as especificações e quantidades estimadas, conforme disposições do Edital e informações constantes neste Termo de Referência, em conformidade com as disposições da Lei nº 14.133/2021.

2. CONDIÇÕES GERAIS DA CONTRATAÇÃO

2.1. Nos termos da tabela abaixo, conforme condições e exigências estabelecidas neste instrumento.

ITEM	DESCRIÇÃO	UNIDADE DE MEDIDA	QUANTIDADE	VALOR UNITÁRIO	VALOR TOTAL
1	Assadeira de alumínio redonda, tamanho 30 cm.	UN	17	R\$ 23,90	R\$ 406,30
2	Aparelho de jantar em louça. Material: Cerâmica, Apresentação: Conjunto Com 30 Peças, Composição: 6 Pratos Raso/6 Fundo/6 De Sobremesa/6 Xicara De chá.	UN	11	R\$ 600,00	R\$ 6.600,00
3	Assadeira de alumínio redonda, tamanho 40 cm.	UN	25	R\$ 44,20	R\$ 1.105,00
4	Assadeira de alumínio redonda, tamanho 46 cm.	UN	18	R\$ 46,33	R\$ 833,94
5	Avental plástico impermeável para cozinha industrial. Confeccionado em PVC, com ajuste no pescoço e costas, com reforço interno de fibras de poliéster. Tamanho: 70x120cm.	UN	272	R\$ 11,58	R\$ 3.149,76
6	Bacia design redondo, fabricada em Polipropileno. Com capacidade de aproximadamente 30 litros.	UN	34	R\$ 18,50	R\$ 629,00
7	Bacia design redondo, fabricada em Polipropileno. Com capacidade de aproximadamente 40 litros.	UN	29	R\$ 19,37	R\$ 561,73

8	Bacia design redondo, fabricado em Polipropileno de cor escura (verde musgo ou azul petróleo). Com capacidade de aproximadamente 15 litros.	UN	40	R\$ 17,92	R\$ 716,80
9	Bandeja em plástico resistente, na cor branca, tipo ABS, medindo 48 x 33 x 05 cm (CxLxA).	UN	68	R\$ 26,63	R\$ 1.810,84
10	Bandeja retangular em aço inoxidável. Material: aço inoxidável, Formato retangular, comprimento de 40 cm, largura de 30 cm, com alça.	UN	40	R\$ 110,99	R\$ 4.439,60
11	Bandeja retangular em Aço Inox medindo 35 x 24 cm.	UN	48	R\$ 84,80	R\$ 4.070,40
12	Coador, para café, tecido em 100% algodão, com medidas de aproximadamente 30x32cm, aramado, cabo de madeira de lei torneado, capacidade de aproximadamente 3 litros.	UN	251	R\$ 3,00	R\$ 753,00
13	Colher descartável em plástico incolor, para sobremesa. Pacote com 50 unid.	PCT	1406	R\$ 3,10	R\$ 4.358,60
14	Colher em alumínio com punho plástico, medindo 50 cm.	CJ	48	R\$ 25,06	R\$ 1.202,88
15	Conjunto de Garfos 10 pçs. Material Corpo: Aço Inoxidável, Material Cabo: Aço Inoxidável, Tipo: Para Peixe, Liso e Polido, Espessura: 2,25 MM, Comprimento: 23CM.	PCT	147	R\$ 90,00	R\$ 13.230,00
16	Conjunto de taças para água - 6 unidades. Material: vidro, Capacidade: 320 ML, Uso: Água.	PCT	45	R\$ 60,00	R\$ 2.700,00
17	Conjunto de xícaras com pires. Material: Louça, Tipo: Café, Cor: Branca, Capacidade: 80 ML.	PCT	59	R\$ 120,34	R\$ 7.100,06
18	Conjunto faca de mesa 12 pçs. Material Lâmina: Aço inoxidável, Material Cabo: Aço inoxidável, Liso Polido, 23 CM de comprimento e 3mm de espessura.	UN	60	R\$ 93,99	R\$ 5.639,40
19	Conjunto plástico p/ mantimentos c/ 05 peças com capacidade para: 1,2 litros; 1,95 litros; 3,38 litros; 5,66 litros; 8,45 litros.	CJ	44	R\$ 27,50	R\$ 1.210,00
20	Copo de vidro simples para água, capacidade 250 ml. Pacote com 06 unidades.	PCT	71	R\$ 18,00	R\$ 1.278,00
21	Copo descartável em poliestireno, para água, capacidade 200 ml. Pacote com 100 unidades.	PCT	2930	R\$ 4,80	R\$ 14.064,00

22	Copo descartável em poliestireno, para café, capacidade 50 ml, pacote com 100 unidades.	PCT	1770	R\$ 2,99	R\$ 5.292,30
23	Escorredor de pratos. Material: aço inoxidável, Capacidade de 20 pratos, compartimento talheres, xícaras, copos e diversos.	UN	10	R\$ 109,34	R\$ 1.093,40
24	Escorredor em alumínio tipo hotel.	UN	28	R\$ 44,99	R\$ 1.259,72
25	Faca, para corte de carne, lâmina em aço inox, com 8", cabo polipropileno injetado na lâmina, com proteção antibacteriana, com medidas aproximadamente de 1,9x8x1,5cm.	UN	36	R\$ 17,99	R\$ 647,64
26	Fósforo em madeira de reflorestamento, em caixa com 40 unidades, contendo com 10 caixas.	UN	300	R\$ 3,10	R\$ 930,00
27	Garrafa térmica 1,5 litros, corpo plástico, rolha dosadora e copo multiuso.	UN	35	R\$ 43,33	R\$ 1.516,55
28	Garrafa térmica em inox. Material: Aço Inoxidável, Capacidade: 1,90L, com pressão, ampola inquebrável.	UN	65	R\$ 95,00	R\$ 6.175,00
29	Jarra de plástico com tampa, para água ou suco capacidade 02 litros.	UN	47	R\$ 14,50	R\$ 681,50
30	Jarra para suco em vidro. Material: vidro, Capacidade: 2,30L.	UN	28	R\$ 89,38	R\$ 2.502,64
31	Lixeira basculante de 100L. Material: Plástico Polipropileno, Capacidade de 100L, Tipo: quadrada com tampa basculante, Cor: preta.	UN	87	R\$ 156,48	R\$ 13.613,76
32	Panela em alumínio com tampa, capacidade para 04 litros.	UN	37	R\$ 42,00	R\$ 1.554,00
33	Panela em alumínio reforçado com tampa e duas asas laterais, capacidade 16 litros.	UN	80	R\$ 94,59	R\$ 7.567,20
34	Panela pressão em alumínio polida, com cabo em baquelite e válvula de segurança, capacidade de 20 litros.	UN	38	R\$ 373,80	R\$ 14.204,40
35	Porta-guardanapo em inox. Material de Aço Inoxidável, Largura: 3 CM, Altura: 7,8 CM, Comprimento: 11,5 CM.	UN	27	R\$ 50,00	R\$ 1.350,00
36	Prato raso de vidro transparente.	UN	267	R\$ 6,21	R\$ 1.658,07
37	Ralador e Fatiador 04 Faces em Aço Inox com Cabo em PP 23 cm.	UN	57	R\$ 18,00	R\$ 1.026,00
38	Tábua para corte de carne, em polietileno, com proteção antibacteriana, medindo 30x50x1 cm.	UN	68	R\$ 20,70	R\$ 1.407,60

ESTADO DE SERGIPE
PREFEITURA MUNICIPAL DE BOQUIM

39	Copo descartável em poliestireno com corantes atóxicos, para sobremesa, capacidade 100 ml. Pacote com 100 unidades com tampa.	PCT	1580	R\$ 3,48	R\$ 5.498,40
40	Faca toda em aço inox, tipo mesa, resistente a higienização em máquina industrial a vapor com água de alta temperatura.	UN	97	R\$ 2,63	R\$ 255,11
41	Garfo em aço inox com cabo em polipropileno na cor preta, tipo mesa.	UN	164	R\$ 2,29	R\$ 375,56
42	Pano de prato em algodão alvejado medindo 45 x 60 cm.	UN	670	R\$ 3,88	R\$ 2.599,60
43	Peneira plástica, sem decoração, corpo e cabo em material plástico e peneira em nylon, de 12 cm de diâmetro.	UN	40	R\$ 15,70	R\$ 628,00
44	Porta talher plástico com tampa, medindo 34,6 x 30,5 x 5,5 cm.	UN	14	R\$ 21,60	R\$ 302,40
45	Caçarola, em alumínio 100% puro, com tampa, pegadores laterais reforçados em alumínio, com capacidade de aproximadamente 25 litros, medindo aproximadamente 36cm de diâmetro e 21cm de altura.	UN	33	R\$ 105,90	R\$ 3.494,70
46	Caçarola, em alumínio 100% puro, com tampa, pegadores laterais reforçados em alumínio, com capacidade de aproximadamente 30 litros, medindo diâmetro e altura de acordo com a capacidade de litros.	UN	41	R\$ 102,35	R\$ 4.196,35
47	Caneca plástica com alça lateral p/ merenda: em polipropileno, material de 1ª qualidade com capacidade para 300 ml. Lisa nas partes internas e externas, sem reentrâncias ou ressaltos, sem bordas, frisos na base. Pigmentação homogênea em toda a peça, na cor azul, acabamento polido brilhante, resistente à temperatura de 100 °C por 20 minutos.	PCT	2600	R\$ 2,30	R\$ 5.980,00
48	Colher plástica para mingau - Colher de plástico para mexer mingau com cabo de aproximadamente 30 cm.	PCT	2510	R\$ 2,26	R\$ 5.672,60

ESTADO DE SERGIPE
PREFEITURA MUNICIPAL DE BOQUIM

49	Estojo com 03 mamadeiras: - 01Mamadeira 80ml - Livre de BPA - 01Mamadeira 150ml - Livre de BPA - 01Mamadeira 240ml - Livre de BPA, para criança de 0 a 06 meses, produzidas com material policarbonato com bicos de silicone ortodôntico, atóxica, podendo ser esterilizada até 125°C sem deformar. Gargalo higiênico, sem abas cortantes, com selo de aprovação do INMETRO. Cores: rosa, azul e amarelo.	UN	23	R\$ 34,30	R\$ 788,90
50	Mamadeira plástica, com capacidade para 240 ml.	UN	83	R\$ 8,94	R\$ 742,02
51	Panela pressão em alumínio polida, com cabo em baquelite e válvula de segurança, capacidade de 10 litros.	UN	33	R\$ 109,00	R\$ 3.597,00
52	Panela tipo papel em alumínio nº 22.	UN	20	R\$ 27,00	R\$ 540,00
53	Panela tipo papel em porcelana.	UN	23	R\$ 28,14	R\$ 647,22
54	Peneira com aro de alumínio, com 55 cm de diâmetro para uso em cozinha, sem cabo.	UN	23	R\$ 25,00	R\$ 575,00
55	Prato fundo em plástico polipropileno para merenda, de 1ª, com abas, empilhável. Volume 600 ml.	UN	3520	R\$ 5,14	R\$ 18.092,80
56	Barbante 4X4, rolo com 240 m.	RL	127	R\$ 9,90	R\$ 1.257,30
57	Barbante nº 8, 100% algodão, 8 fios, rolo com no mínimo 250 gr.	RL	135	R\$ 10,81	R\$ 1.459,35
58	Caixa Organizadora box material polipropileno atóxico, com tampa hermética, cor transparente, capacidade 10 litros.	UN	181	R\$ 22,21	R\$ 4.020,01
59	Caixa Organizadora box material polipropileno atóxico, com tampa hermética, cor transparente, capacidade 20 litros.	UN	177	R\$ 42,92	R\$ 7.596,84
60	Caixa para arquivo em papelão, dimensões 230x320x135mm.	UN	292	R\$ 4,99	R\$ 1.457,08
61	Caixa plástica agrícola hortifruit organizadora preta, 46 lt;	UN	321	R\$ 54,00	R\$ 17.334,00
62	Sacola plástica com alça reciclada, reforçada com capacidade de 15 a 30 quilos. Tamanho 70cm x 90cm.	KG	201	R\$ 14,00	R\$ 2.814,00
63	Sacola plástica com alça reciclada, reforçada com capacidade de 5 quilos. Tamanho 40cm x 50cm.	KG	180	R\$ 13,33	R\$ 2.399,40
64	Sacola plástica transparente com alça tamanho 30x40. Com 100 und.	PCT	140	R\$ 12,40	R\$ 1.736,00

ESTADO DE SERGIPE
PREFEITURA MUNICIPAL DE BOQUIM

65	Sacola plástica transparente com alça tamanho 40x40. Com 100 und.	PCT	225	R\$ 13,29	R\$ 2.990,25
66	Sacola plástica transparente com alça tamanho 50x40. Com 100 und.	PCT	315	R\$ 12,00	R\$ 3.780,00
67	Sacola plástica transparente com alça tamanho 60x40. Com 100 und.	PCT	325	R\$ 15,28	R\$ 4.966,00
68	Saco Papel Mono Pipoca N° 03 pacote com 500 Unidades.	PCT	60	R\$ 28,07	R\$ 1.684,20
69	Bolsa plástica transparente sem alça, com capacidade para 01 kg, com 100 und.	PCT	370	R\$ 9,60	R\$ 3.552,00
70	Bolsa plástica transparente sem alça, com capacidade para 02 kg, com 100 und.	PCT	465	R\$ 3,45	R\$ 1.604,25
71	Bolsa plástica transparente sem alça, com capacidade para 03 kg, com 100 und.	PCT	475	R\$ 6,00	R\$ 2.850,00
72	Bolsa plástica transparente sem alça, com capacidade para 05 kg, com 100 und.	PCT	400	R\$ 9,71	R\$ 3.884,00
73	Caixa para arquivo em plástico, dimensões 230x320x135mm.	UN	1060	R\$ 5,10	R\$ 5.406,00
74	Isopor em folha medindo 1,0 m x 0,50 m x 10 mm.	FL	240	R\$ 4,90	R\$ 1.176,00
75	Isopor em folha medindo 1,0 m x 0,50 m x 15 mm.	FL	140	R\$ 5,00	R\$ 700,00
76	Isopor em folha medindo 1,0 m x 0,50 m x 20 mm.	FL	145	R\$ 4,48	R\$ 649,60
77	Vaso transparente em vidro 40 x 40 cm.	UN	7	R\$ 60,00	R\$ 420,00
78	Vaso transparente em vidro milão 47 cm de altura x 6 cm diâmetro boca.	UN	4	R\$ 60,00	R\$ 240,00
79	Vaso transparente em vidro milão 51 cm de altura x 8 cm diâmetro boca.	UN	4	R\$ 90,00	R\$ 360,00
80	Vaso transparente em vidro milão 59 cm de altura x 10 cm diâmetro boca.	UN	4	R\$ 120,03	R\$ 480,12
81	Vaso transparente em vidro tulipa 40x40.	UN	4	R\$ 166,80	R\$ 667,20
82	Papel de embrulho de impressão padrão na cor branca boa qualidade para embalagem de presente. Rolo medindo 40 cm x 100 metros.	RL	1	R\$ 104,06	R\$ 104,06
83	Protetor porta documentos com aba. cor : Transparente -Tamanho 76mm X 107mm. Pacote com 100 und.	PCT	43	R\$ 24,19	R\$ 1.040,17
84	Saquinho Para Gelinho medindo 0,6x24 pacote c/100und.	PCT	5	R\$ 3,25	R\$ 16,25
TOTAL					R\$ 268.968,83

2.2. A contratação será **EXCLUSIVA** para Microempresas e Empresas de Pequeno Porte, em obediência à Lei Complementar nº 123/2006. Os itens relacionados representam os itens exclusivos e o da cota reservada à participação de Microempreendedores Individuais (MEI), Microempresas (ME) e de Empresas de Pequeno Porte (EPP). São os itens cujo valor estimado total é inferior ao limite estabelecido pela referida Lei Complementar, conforme Art. 48, incisos, I e III, da Lei Complementar 123, de 14 de dezembro de 2006, alterada pela Lei Complementar nº 147, de 08 de agosto de 2014 e regulamentada pelo Decreto Federal nº 8.538 de 06 de outubro de 2015.

2.3. O prazo de vigência da ata de registro de preços será de um ano e poderá ser prorrogado por igual período, nos termos do art. 84 da Lei 14.133/2021.

2.4. O custo estimado total da contratação é de **R\$ 268.968,83 (duzentos e sessenta e oito mil, novecentos e sessenta e oito reais e oitenta e três centavos)**, conforme custos unitários apostos na tabela acima.

2.5. O contrato/Ata de Registro de Preço oferece maior detalhamento das regras que serão aplicadas em relação à vigência da contratação.

3. FUNDAMENTAÇÃO E DESCRIÇÃO DA NECESSIDADE DA CONTRATAÇÃO

3.1. A contratação deverá dar-se-á através de Pregão Eletrônico, por se tratar de fornecimento de bens comuns.

3.2. O uso do Sistema de Registro de Preços para a contratação do objeto em questão justifica-se a partir das hipóteses previstas no art. 3º, incisos I, II, III e V do Decreto Federal nº 11.462/2023:

Art. 3º O SRP poderá ser adotado quando a Administração julgar pertinente, em especial:

I - quando, pelas características do objeto, houver necessidade de contratações permanentes ou frequentes;

II - quando for conveniente a aquisição de bens com previsão de entregas parceladas ou contratação de serviços remunerados por unidade de medida, como quantidade de horas de serviço, postos de trabalho ou em regime de tarefa;

III - quando for conveniente para atendimento a mais de um órgão ou a mais de uma entidade, inclusive nas compras centralizadas;

IV – Omissis...

V - quando, pela natureza do objeto, não for possível definir previamente o quantitativo a ser demandado pela Administração.

3.3. O órgão gerenciador será **Prefeitura Municipal de Boquim**.

3.4. São órgãos e entidades públicas participantes do registro de preços:

- a) Secretaria Municipal de Administração;
- b) Secretaria Municipal de Finanças;
- c) Secretaria Municipal de Educação, Cultura, Esporte e Lazer;

- d) Secretaria Municipal de Agricultura, Comércio, Indústria e Turismo;
- e) Secretaria Municipal de Meio Ambiente;
- f) Secretaria Municipal de Obras, Urbanismo e Serviços de Utilidade Pública;
- g) Secretaria Municipal de Saúde e Bem-Estar;
- h) Secretaria Municipal de Assistência Social e do Trabalho, e
- i) Gabinete do Prefeito.

3.6. Deverá ser concedido tratamento diferenciado e simplificado às Microempresas (ME) e Empresas de Pequeno Porte (EPP), conforme previsto na Lei Complementar nº 123/2006 e na Lei Municipal nº 1034/2023.

4. JUSTIFICATIVA DA CONTRATAÇÃO

4.1. A presente contratação, a ser realizada de forma centralizada por meio do Sistema de Registro de Preços, tem por finalidade assegurar a reposição, padronização e disponibilização contínua de materiais de copa, cozinha, acondicionamento, embalagens e organização física, destinados ao atendimento das demandas das diversas secretarias municipais.

4.2. No que se refere aos materiais de copa e cozinha, a aquisição justifica-se em razão do desgaste natural decorrente do uso contínuo, bem como de quebras ocasionais, fatores que comprometem a suficiência e a adequada condição de uso dos itens disponíveis. A disponibilização de utensílios em condições apropriadas é essencial para garantir suporte às atividades institucionais, reuniões, eventos oficiais e à rotina administrativa, assegurando condições adequadas de utilização e higienização.

4.3. Quanto aos materiais de acondicionamento, embalagens e organização, a contratação atende à necessidade permanente de armazenamento seguro de documentos, acondicionamento e transporte de materiais diversos, bem como ao suporte logístico das atividades administrativas e institucionais. A ausência ou insuficiência desses insumos compromete a organização dos setores, a preservação do patrimônio público e a eficiência na execução dos serviços.

4.4. A adoção da contratação centralizada observa o princípio da eficiência, conforme previsto no art. 5º da Lei nº 14.133/2021, ao promover a racionalização dos recursos públicos, a padronização dos itens e a obtenção de condições mais vantajosas para a Administração. Ademais, evita-se o fracionamento indevido de despesas, em conformidade com as normas que regem as contratações públicas.

4.5. Destaca-se, ainda, que a presente contratação contribui para o atendimento às normas sanitárias aplicáveis, proporciona condições adequadas de trabalho aos servidores e assegura a manutenção de padrões institucionais compatíveis com a adequada prestação dos serviços públicos.

4.6. Dessa forma, evidencia-se o interesse público na contratação, a qual se mostra necessária, adequada e alinhada aos princípios que regem a Administração Pública, especialmente os da legalidade, eficiência e economicidade.

5. DESCRIÇÃO DA SOLUÇÃO COMO UM TODO

5.1. A descrição da solução como um todo, encontra-se pormenorizada em Tópico específico dos Estudos Técnicos Preliminares, apêndice deste Termo de Referência independentemente de transcrição.

6. REQUISITOS DA CONTRATAÇÃO

6.1. Trata-se de aquisição de materiais de copa, cozinha e acondicionamento e embalagens, a ser contratada mediante Pregão Eletrônico, nos termos da Lei nº 14.133/2021.

6.2. A garantia consiste na prestação pela contratada, de todas as obrigações previstas na Lei no 8.078, de 11/09/1990 – Código de Defesa do Consumidor e alterações subsequentes.

6.3. Os materiais que, por sua natureza, se destinem ao preparo, acondicionamento, armazenamento, transporte ou consumo de alimentos deverão atender, quando couber, às normas sanitárias vigentes expedidas pela ANVISA, devendo ser fabricados com materiais atóxicos, seguros e apropriados ao contato com alimentos, não podendo apresentar risco à saúde dos usuários.

6.4. A contratada deverá observar, no que couber, critérios de sustentabilidade ambiental na execução do objeto, em conformidade com a Lei nº 14.133/2021, adotando práticas que minimizem os impactos ambientais decorrentes do fornecimento.

6.5. A empresa fornecedora dos bens será responsável pela substituição, troca ou reposição dos materiais porventura entregues com defeito, danificados, ou não compatíveis com as especificações do item 2.1. deste termo.

6.6. Os materiais de copa e cozinha, bem como os materiais de acondicionamento e embalagens, deverão ser novos, de primeiro uso, fabricados com matérias-primas de qualidade, garantindo resistência ao uso contínuo, à oxidação, quando aplicável, e às condições normais de utilização.

6.7. Os produtos deverão ser entregues devidamente acondicionados em embalagens originais e apropriadas, que assegurem sua integridade física durante o transporte e armazenamento, evitando danos como quebras, trincas, perfurações ou deformações.

6.8. Todos os itens deverão apresentar identificação visível do fabricante e especificação clara do material de composição, quando aplicável.

6.9. Os materiais deverão atender integralmente às normas do Código de Defesa do Consumidor, às normas técnicas pertinentes e às certificações obrigatórias, incluindo, quando exigido, selo do INMETRO ou de outros órgãos competentes.

6.10. Os itens fornecidos deverão estar em conformidade com as especificações técnicas, quantitativos estimados e prazos estabelecidos pela Administração.

6.11. Os produtos deverão estar livres de vícios, defeitos de fabricação ou quaisquer irregularidades que comprometam sua durabilidade, funcionalidade ou segurança de uso.

6.12. Os materiais plásticos destinados ao acondicionamento de alimentos deverão ser atóxicos e fabricados em conformidade com as normas sanitárias vigentes.

- 6.13. A contratada deverá garantir a substituição de produtos que apresentem defeitos, avarias ou desconformidades, no prazo a ser estabelecido no instrumento contratual.
- 6.14. A execução do objeto deverá contemplar a adequada logística de transporte e entrega, garantindo que os materiais, inclusive os de natureza frágil, sejam entregues em perfeitas condições de uso.
- 6.15. Deverá ser assegurada a disponibilização de canal de comunicação eficiente entre a contratada e a Administração, bem como a indicação de preposto para acompanhamento da execução contratual.
- 6.16. Os materiais fornecidos deverão observar critérios de qualidade, durabilidade e adequação à finalidade, de modo a assegurar a economicidade e a eficiência na aplicação dos recursos públicos.
- 6.17. A contratada deverá efetuar a entrega dos itens no prazo máximo de até **05 (cinco) dias úteis**, contados do recebimento da Ordem de Fornecimento, Nota de Empenho ou instrumento equivalente, no local previamente indicado pela Administração.
- 6.18. Na substituição de materiais defeituosos, a reposição será por outro com especificações técnicas iguais, ou superiores com aprovação prévia da Contratante, sem custo adicional para a Contratante.
- 6.19. A contratada deverá atender integralmente às exigências de habilitação jurídica, fiscal, social, trabalhista, econômico-financeira e de qualificação técnica, conforme disposto na Lei nº 14.133/2021 e no instrumento convocatório.

7. DA EXECUÇÃO, GESTÃO E FISCALIZAÇÃO DO CONTRATO

- 7.1. O contrato deverá ser executado fielmente pelas partes, de acordo com as cláusulas avençadas e as normas desta Lei, e cada parte responderá pelas consequências de sua inexecução total ou parcial.
- 7.2. A execução do contrato deverá ser acompanhada e fiscalizada por 1 (um) ou mais fiscais do contrato, representantes da Administração especialmente designados conforme requisitos estabelecidos no art. 7º da Lei 14.133/2021, ou pelos respectivos substitutos, permitida a contratação de terceiros para assisti-los e subsidiá-los com informações pertinentes a essa atribuição.
- 7.3. O fiscal do contrato anotará as intercorrências, quando houver, relacionadas à inexecução parcial ou total do contrato, determinando o que for necessário para a regularização das faltas ou dos defeitos observados.
- 7.4. O fiscal do contrato informará a seus superiores, em tempo hábil para a adoção das medidas convenientes, a situação que demandar decisão ou providência que ultrapasse sua competência.
- 7.5. O fiscal do contrato será auxiliado pelos órgãos de assessoramento jurídico e de controle interno da Administração, que deverão dirimir dúvidas e subsidiá-lo com informações relevantes para prevenir riscos na execução contratual.
- 7.6. O contratado deverá manter preposto aceito pela Administração durante a prestação do serviço e/ou fornecimento do bem para representá-lo na execução do contrato.
- 7.7. O contratado será obrigado a reparar, corrigir, remover, reconstruir ou substituir, a suas expensas, no total ou em parte, o objeto do contrato em que se verificarem vícios, defeitos ou incorreções resultantes de sua execução ou de materiais nela empregados.

7.8. O contratado será responsável pelos danos causados diretamente à Administração ou a terceiros em razão da execução do contrato, e não excluirá nem reduzirá essa responsabilidade a fiscalização ou o acompanhamento pelo contratante.

7.9. Somente o contratado será responsável pelos encargos trabalhistas, previdenciários, fiscais e comerciais resultantes da execução do contrato.

8. CRITÉRIOS DE PAGAMENTO

8.1. O pagamento será realizado no prazo de até 30 (trinta) dias, contados a partir do atesto do efetivo recebimento dos produtos apresentados na Nota Fiscal ou Fatura, através de ordem bancária, para crédito em banco, agência e conta corrente de sua titularidade, indicados pelo contratado.

8.2. Considera-se ocorrido o recebimento da nota fiscal ou fatura no momento em que o órgão contratante atestar a execução do objeto do contrato.

8.3. A Nota Fiscal ou Fatura deverá ser obrigatoriamente acompanhada da comprovação da regularidade fiscal, tais como:

a) Comprovar a regularidade Nacional, relativos aos Tributos federais, inclusive contribuições previdenciárias, tanto no âmbito Federal quanto no âmbito da procuradoria da Fazenda Nacional.

b) Comprovar a regularidade com a Fazenda Estadual e Fazenda Municipal do domicílio ou sede da interessada.

c) Comprovar a regularidade relativa ao Fundo de Garantia do Tempo de Serviço – FGTS: Certidão de Regularidade de Situação - CRF, emitida pela Caixa Econômica Federal.

d) Comprovar a inexistência de débitos inadimplidos perante a Justiça do Trabalho, mediante a apresentação de certidão negativa, nos termos do Título VII-A da Consolidação das Leis do Trabalho, aprovada pelo Decreto-Lei no 5.452, de 1º de maio de 1943.

8.4. Havendo erro na apresentação da Nota Fiscal ou dos documentos pertinentes à contratação, ou, ainda, circunstância que impeça a liquidação da despesa, como, por exemplo, obrigação financeira pendente, decorrente de penalidade imposta ou inadimplência, o pagamento ficará sobrestado até que a Contratada providencie as medidas saneadoras. Nesta hipótese, o prazo para pagamento iniciar-se-á após a comprovação da regularização da situação, não acarretando qualquer ônus para a Contratante.

8.5. Será considerada data do pagamento o dia em que constar como emitida a ordem bancária para pagamento.

8.6. Não havendo regularização ou sendo a defesa considerada improcedente, a contratante deverá comunicar aos órgãos responsáveis pela fiscalização da regularidade fiscal quanto à inadimplência da contratada, bem como quanto à existência de pagamento a ser efetuado, para que sejam acionados os meios pertinentes e necessários para garantir o recebimento de seus créditos.

8.7. Persistindo a irregularidade, a contratante deverá adotar as medidas necessárias à rescisão contratual nos autos do processo administrativo correspondente, assegurada à contratada a ampla defesa.

8.8. Obriga-se a contratada a manter duração e execução do presente contrato, em compatibilidade com as obrigações de habilidade aqui assumidas, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas por ocasião da licitação nos termos exigidos pelo artigo 92, Inciso XVI da Lei 14.133/2021.

- 8.9. Durante o curso de execução do contrato, os preços não serão reajustados.
- 8.10. A CONTRATANTE reserva-se o direito de não receber os produtos em desacordo com o previsto no presente Termo de Referência e no instrumento contratual, podendo promover a rescisão contratual, nos termos do Título III, Capítulo VIII da Lei nº 14.133/2021.
- 8.11. Deverá ser pago mensalmente através de Documento de Arrecadação Municipal (DAM) uma taxa de fiscalização dos contratos referente a fornecimento de produtos ou serviços com a alíquota de 1,5% (um e meio por cento) aos contratos, valor efetivo, incidindo na fonte sobre os pagamentos a partir do primeiro mês de execução, conforme art. 166 da Lei Municipal nº 851/2018 e pelo Decreto Municipal nº 235/2025.
- 8.12. Quando do pagamento, será efetuada a retenção tributária prevista na legislação aplicável.

9. FORMA E CRITÉRIOS DE JULGAMENTO DO FORNECEDOR

- 9.1. A contratação deverá se dar através de **PREGÃO ELETRÔNICO**, por se tratar de bens comuns.
- 9.2. O critério de julgamento de fornecedor será obtido através do **MENOR PREÇO** por item.
- 9.3. O modo de disputa será **ABERTO**.
- 9.4. O intervalo mínimo entre os lances será de R\$ 0,01 (um centavo).
- 9.5. **Do tratamento diferenciado as empresas enquadradas como ME / EPP**
- 9.5.1. Será observado e assegurado tratamento diferenciado concedido às Microempresas – ME e às Empresas de Pequeno Porte – EPP na participação em certames licitatórios deste Município de Boquim, conforme determina a Lei Complementar nº 123 de 14 de dezembro de 2006, em especial o previsto nos artigos 43 a 45 da referida lei, Lei Complementar n.º 147 de 07 de agosto de 2014 e Lei Municipal nº 1.034/2023.
- 9.5.2. Será desclassificada/inabilitada a empresa que fizer uso dos benefícios concedidos às Microempresas – ME e às Empresas de Pequeno Porte – EPP por ocasião de participação em certames licitatórios deste Município, quando houver ultrapassado o limite de faturamento estabelecido no art. 3º da Lei Complementar nº 123 de 14 de dezembro de 2006, no ano fiscal anterior, caso usufrua ou tente usufruir indevidamente dos benefícios previstos na referida lei.
- 9.5.3. As Microempresas – ME e Empresas de Pequeno Porte – EPP, por ocasião da participação em certames licitatórios, deverão apresentar toda a documentação exigida para efeito de comprovação de regularidade fiscal e trabalhista, mesmo que esta apresente alguma restrição.
- 9.5.4. Será assegurado como critério de desempate a preferência de contratação para as Microempresas – ME e Empresas de Pequeno Porte – EPP, conforme esclarecimentos abaixo:
- 9.5.5. Entende-se por empate aquelas situações em que as propostas apresentadas pelas Microempresas – ME e Empresas de Pequeno Porte – EPP sejam iguais ou até 5% (cinco por cento) superiores à proposta mais bem classificada;
- 9.5.6. Da Margem de Preferência — Nos termos da Lei Municipal nº 1034 de 25 de outubro de 2023, e, justificadamente, visando à promoção do desenvolvimento econômico no âmbito local e regional, será

concedida prioridade de contratação de microempresas e empresas de pequeno porte e equiparadas sediadas local ou regionalmente, até o limite de 10% (dez por cento) do melhor preço válido, nos seguintes termos:

9.5.7. Aplica-se o acima disposto nas situações em que as ofertas apresentadas pelas microempresas e empresas de pequeno porte e equiparadas sediadas local ou regionalmente sejam iguais ou até 10% (dez por cento) superiores ao menor preço;

9.5.8. Microempresa ou a empresa de pequeno porte e equiparadas sediada local ou regionalmente melhor classificada poderá apresentar proposta de preço inferior àquela considerada vencedora da licitação, situação em que será adjudicado o objeto em seu favor;

9.5.9. No caso de equivalência dos valores apresentados pelas microempresas e empresas de pequeno porte e equiparadas sediadas local ou regionalmente, será realizado sorteio entre elas para que se identifique aquela que primeiro poderá apresentar melhor oferta.

10. ESTIMATIVAS DO VALOR DA CONTRATAÇÃO

10.1. O valor estimado para contratação será de **R\$ 268.968,83 (duzentos e sessenta e oito mil, novecentos e sessenta e oito reais e oitenta e três centavos)**.

11. DA ADEQUAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

11.1. As despesas decorrentes da execução do contrato correrão à conta dos Recursos Orçamentários oriundos dos créditos orçamentários vigentes.

12. DAS OBRIGAÇÕES DA CONTRATANTE

12.1. **São obrigações da contratante:**

12.1.1. Efetuar o devido pagamento à CONTRATADA, nos termos do presente instrumento;

12.1.2. Proporcionar, naquilo que couber, as facilidades necessárias para que a contratada possa cumprir as condições estabelecidas neste Termo de Referência, observadas as normas de segurança interna da contratante.

12.1.3. Rejeitar, no todo ou em parte, os serviços em desacordo com o objeto da contratação.

12.1.4. Exigir o cumprimento de todas as obrigações assumidas pelo Contratado, de acordo com o contrato e seus anexos.

12.1.5. Comunicar formalmente a Contratada Notificar o Contratado, por escrito, sobre vícios, defeitos ou incorreções verificadas no objeto fornecido, para que seja por ele substituído, reparado ou corrigido, no total ou em parte, às suas expensas.

12.1.6. Acompanhar e fiscalizar o cumprimento das obrigações da Contratada, através de comissão/servidor especialmente designado.

12.1.7. Adotar todas as providências administrativas, e, se necessário, judiciais, visando ao cumprimento integral das obrigações e dos direitos das partes, devidamente acordados no contrato e na Ata de Registro de Preços.

12.1.8. Aplicar as penalidades regulamentares e contratuais previstas na Lei nº 14.133/2021, no edital e no contrato, em caso de descumprimento de obrigações pela CONTRATADA, observados o contraditório e a ampla defesa.

13. DAS OBRIGAÇÕES DA CONTRATADA E SUAS VEDAÇÕES

13.1. É dever do contratado:

13.1.1. Responsabilizar-se pelos encargos trabalhistas, previdenciários, fiscais e comerciais, resultantes da execução deste contrato;

13.1.2. Fornecer os materiais, conforme estabelecido no Edital e Termo de Referência, livres de qualquer ônus, como despesas de frete, impostos, seguros e todas as demais despesas necessárias;

13.1.3. A contratada deverá efetuar a entrega dos itens no prazo máximo de até **05 (cinco) dias úteis**, contados do recebimento da Ordem de Fornecimento, Nota de Empenho ou instrumento equivalente, no local previamente indicado pela Administração;

13.1.4. Os produtos deverão ser entregues em perfeitas condições de uso, devidamente embalados, em conformidade com as especificações constantes no Termo de Referência, sendo vedado o fornecimento de itens danificados, fora do prazo de validade (quando aplicável) ou em desacordo com as exigências estabelecidas;

13.1.5. Fornecer produtos novos, de primeiro uso, fabricados com matérias-primas de qualidade adequada, garantindo resistência ao uso contínuo, à oxidação, quando aplicável, e às condições normais de utilização;

13.1.6. Assegurar que os materiais estejam devidamente acondicionados em embalagens originais e apropriadas, de modo a preservar sua integridade física durante o transporte e armazenamento, evitando danos como quebras, trincas, perfurações ou deformações;

13.1.7. Garantir que todos os itens possuam identificação clara do fabricante, bem como especificação visível do material de composição, quando aplicável;

13.1.8. Atender integralmente às disposições do Código de Defesa do Consumidor, bem como às normas técnicas aplicáveis e às certificações obrigatórias, incluindo, quando exigido, certificação do INMETRO ou de outros órgãos competentes, bem como às normas sanitárias expedidas pela ANVISA, quando aplicáveis ao objeto;

13.1.9. Entregar os produtos em conformidade com as especificações, quantitativos e prazos estabelecidos pela Administração, observando a pontualidade e regularidade necessárias ao adequado funcionamento das unidades administrativas;

13.1.10. Fornecer produtos livres de vícios, defeitos de fabricação ou quaisquer irregularidades que comprometam sua durabilidade, funcionalidade ou segurança de uso;

13.1.11. Garantir que os materiais plásticos destinados ao acondicionamento de alimentos sejam atóxicos, produzidos com matéria-prima adequada e em conformidade com as normas sanitárias vigentes;

- 13.1.12. Responsabilizar-se integralmente pelo transporte e pela logística de entrega, assegurando que os materiais sejam entregues em perfeitas condições de uso, especialmente aqueles de natureza frágil;
- 13.1.13. Disponibilizar canais de comunicação eficientes, tais como telefone, correio eletrônico, mensagem instantânea para atendimento de demandas, solicitações de entrega e eventuais ocorrências relacionadas à execução do contrato;
- 13.1.14. Verificada qualquer desconformidade nos materiais fornecidos, a contratada deverá promover a substituição integral dos itens rejeitados no prazo máximo de até 05 (cinco) dias úteis, contados da notificação, sem qualquer ônus adicional para a Administração.
- 13.1.15. Eventuais alterações de local, horário ou quantitativo das entregas deverão ser comunicadas previamente pela Administração, obrigando-se a contratada a atender às novas condições, desde que compatíveis com o objeto contratado.
- 13.1.16. Dar plena garantia sobre a qualidade dos produtos/equipamentos durante toda a vigência da ARP/contrato;
- 13.1.17. Responsabilizar-se pela entrega das mesmas em conformidade com o especificado no edital;
- 13.1.18. Proceder com o fornecimento dos produtos a partir do recebimento da Ordem de compra/Nota de Empenho;
- 13.1.19. Cumprir rigorosamente todas as especificações contidas no Edital e na Proposta apresentada.
- 13.1.20. No ato do fornecimento a empresa vencedora poderá ter um preposto que responda pela mesma, para acompanhar a conferência e recebimento dos materiais.
- 13.1.21. Sendo de sua responsabilidade pelo transporte apropriado, assumindo a responsabilidade pelos encargos fiscais e comerciais resultante desta licitação;
- 13.1.22. Providenciar todos os recursos e insumos necessários ao perfeito cumprimento do objeto contratado, devendo estar inclusos no preço proposto todas as despesas com materiais, insumos, mão-de-obra, fretes, embalagens, seguros, impostos, taxas, tarifas, encargos sociais e trabalhistas e demais despesas necessárias à perfeita entrega do objeto.
- 13.1.23. A contratada deverá comprovar, através de declarações ou outro documento justificável, que não está impedida de contratar com a Administração Pública.
- 13.1.24. Manter-se, durante toda a execução do contrato, em compatibilidade com as obrigações assumidas, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas na ocasião da contratação.
- 13.1.25. Cumprir fielmente todas as disposições deste Termo de Referência, bem como as disposições contratuais, as quais farão parte indivisível das obrigações da Contratada.

13.2. É expressamente vedado ao contratado:

- 13.2.1. Subcontratar ou sub-rogar (ceder ou transferir) total ou parcialmente a contratação.

14. DA QUALIFICAÇÃO JURÍDICA, FISCAL, TRABALHISTA, FINANCEIRA E TÉCNICA NECESSÁRIA PARA CONTRATAÇÃO
--

- 14.1.** Para a habilitação regulamentada neste item, o interessado deverá apresentar a documentação a seguir relacionada:

14.1.1. Será exigida a apresentação dos documentos de habilitação apenas pelo licitante vencedor, exceto quando a fase de habilitação anteceder a de julgamento.

14.2. A contratada deverá comprovar conter os documentos a seguir relacionados:

- a) declaração de que atendem aos requisitos de habilitação, e o declarante responderá pela veracidade das informações prestadas, na forma da lei;
- b) declaração de que não possui em seu Quadro de Pessoal menor de 18 (dezoito) anos em trabalho noturno, perigoso ou insalubre ou menor de 14 (quatorze) anos em qualquer trabalho, salvo na condição de aprendiz (Lei 9.854/99);

14.2.1. Relativa Habilitação Jurídica

- a) As participantes, em se tratando de Sociedades Comerciais, deverão apresentar devidamente registrados no Órgão de Registro do Comércio local de sua sede os respectivos Contratos Sociais e todas as suas alterações subsequentes ou o respectivo instrumento de Consolidação Contratual em vigor, com as posteriores alterações, se houver;
- b) As participantes, em se tratando de Sociedades Civis, deverão apresentar os seus respectivos Atos Constitutivos e todas as alterações subsequentes em vigor, devidamente inscritos no Cartório de Registro Civil, acompanhados de prova da diretoria em exercício;
- c) As participantes, em se tratando de Sociedades por Ações, deverão apresentar as publicações nos Diários Oficiais dos seus respectivos Estatutos Sociais em vigor, acompanhados dos documentos de eleição de seus administradores.
- d) No caso de empresário individual, inscrição no Registro Público de Empresas Mercantis;
- e) Para as sociedades empresárias ou empresas individuais de responsabilidade limitada - EIRELI: ato constitutivo, estatuto ou contrato social em vigor, devidamente registrado na Junta Comercial da respectiva sede, acompanhado de documento comprobatório de seus administradores;

14.2.2. Relativos a Regulamentação Fiscal, Social e Trabalhista

- a) Inscrição no Cadastro de Pessoas Físicas (CPF) ou no Cadastro Nacional da Pessoa Jurídica (CNPJ);
- b) Inscrição no cadastro de contribuintes estadual e/ou municipal, se houver, relativo ao domicílio ou sede do licitante, pertinente ao seu ramo de atividade e compatível com o objeto contratual;
- c) Prova de regularidade com a Fazenda Nacional, relativos aos Tributos federais, inclusive contribuições previdenciárias, tanto no âmbito Federal quanto no âmbito da procuradoria da Fazenda Nacional (Certidão Unificada, conforme Portaria MF 358, de 05 de setembro de 2014, alterada pela Portaria MF nº 443, de 17 de outubro de 2014), assegurada a regra para as microempresas e empresas de pequeno porte, nos termos do art. 43 da Lei Complementar Nº 123, de 14 de dezembro de 2006;
- d) Prova de regularidade com a Fazenda Estadual e Fazenda Municipal do domicílio ou sede da interessada, assegurada a regra para as microempresas e empresas de pequeno porte, nos termos do art. 43 da Lei Complementar Nº 123, de 14 de dezembro de 2006;
- e) Prova de regularidade relativa ao Fundo de Garantia do Tempo de Serviço – FGTS: Certidão de Regularidade de Situação - CRF, emitida pela Caixa Econômica Federal;
- f) Prova de inexistência de débitos inadimplidos perante a Justiça do Trabalho, mediante a apresentação de certidão negativa, nos termos do Título VII-A da Consolidação das Leis do Trabalho, aprovada pelo Decreto-Lei nº 5.452, de 1º de maio de 1943.

14.2.3. Relativos à Capacidade Econômica Financeira

a) Certidão negativa de falência expedida pelo distribuidor da sede do fornecedor – Lei nº 14.133, de 2021, art. 69, caput, inciso II);

14.2.4. Relativo à Capacidade Técnica

a) Atestado(s) de Capacidade Técnica da Licitante, emitido por entidade da Administração Federal, Estadual ou Municipal, direta ou indireta, e/ou empresa privada que comprove, de maneira satisfatória aptidão para desempenho de atividade pertinente e compatível em características, quantidades e prazos com o objeto da presente licitação;

15. DOS PRAZOS DA CONTRATAÇÃO

15.1. O prazo de vigência da Ata de Registro de Preço, será pelo período de 01 (um) ano e poderá ser prorrogado por igual período, desde que comprovado o preço vantajoso (Art. 84, Lei 14.133/2021).

16. DO REAJUSTAMENTO

16.1. Os preços contratados serão fixos por 12 (doze) meses, contados a partir da data de apresentação da proposta, admitindo-se reajuste anual após esse período, nos termos da Lei nº 14.133/2021.

16.2. O reajuste será aplicado apenas às parcelas ou contratos derivados da Ata de Registro de Preços (SRP) referentes ao fornecimento a partir do 1º (primeiro) dia subsequente ao término do 12º mês, e assim sucessivamente, durante a vigência do contrato ou da Ata, conforme art. 84 da Lei nº 14.133/2021.

16.3. Após a aplicação do reajuste nos termos deste documento, o novo valor da parcela ou saldo contratual terá vigência e passará a ser praticado, pelo próximo período de 01 (um) ano, sem reajuste adicional e, assim, sucessivamente, durante a existência jurídica do contrato.

16.4. Ocorrendo o desequilíbrio econômico-financeiro do contrato, poderá ser restabelecida a relação que as partes pactuaram inicialmente, nos termos do Art. 124, Inciso II, Alínea d, da Lei 14.133/2021, mediante comprovação documental e requerimento expresso da contratada.

17. DAS SANÇÕES ADMINISTRATIVAS

17.1. O licitante ou o contratado será responsabilizado administrativamente pelas seguintes infrações, previstas na Lei 14.133/2021:

I - dar causa à inexecução parcial do contrato;

II - dar causa à inexecução parcial do contrato que cause grave dano à Administração, ao funcionamento dos serviços públicos ou ao interesse coletivo;

III - dar causa à inexecução total do contrato;

IV - deixar de entregar a documentação exigida para o certame;

V - não manter a proposta, salvo em decorrência de fato superveniente devidamente justificado;

VI - não celebrar o contrato ou não entregar a documentação exigida para a contratação, quando convocado dentro do prazo de validade de sua proposta;

- VII - ensejar o retardamento da execução ou da entrega do objeto da licitação sem motivo justificado;
- VIII - apresentar declaração ou documentação falsa exigida para o certame ou prestar declaração falsa durante a licitação ou a execução do contrato;
- IX - fraudar a licitação ou praticar ato fraudulento na execução do contrato;
- X - comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude de qualquer natureza;
- XI - praticar atos ilícitos com vistas a frustrar os objetivos da licitação;
- XII - praticar ato lesivo previsto no art. 5º da Lei nº 12.846, de 1º de agosto de 2013.

17.2. Serão aplicadas ao responsável pelas infrações administrativas previstas nesta Lei as seguintes sanções:

- I - advertência;
- II - multa;
- III - impedimento de licitar e contratar;
- IV - declaração de inidoneidade para licitar ou contratar.

17.2.1. Na aplicação das sanções serão considerados:

- I - a natureza e a gravidade da infração cometida;
- II - as peculiaridades do caso concreto;
- III - as circunstâncias agravantes ou atenuantes;
- IV - os danos que dela provierem para a Administração Pública;
- V - a implantação ou o aperfeiçoamento de programa de integridade, conforme normas e orientações dos órgãos de controle.

17.3. A sanção prevista no inciso I do item 17.2, será aplicada exclusivamente pela infração administrativa prevista no inciso I do caput do art. 155 da Lei 14.133/2021, quando não se justificar a imposição de penalidade mais grave.

17.4. A sanção prevista no inciso II do item 17.2, calculada na forma do contrato, será de 15% (quinze por cento) do valor do contrato celebrado e será aplicada ao responsável por qualquer das infrações administrativas previstas no art. 155 da Lei 14.133/2021.

17.5. A sanção prevista no inciso III do item 17.2 deste termo será aplicada ao responsável pelas infrações administrativas previstas nos incisos II, III, IV, V, VI e VII do caput do art. 155 da Lei 14.133/2021, quando não se justificar a imposição de penalidade mais grave, e impedirá o responsável de licitar ou contratar no âmbito da Administração Pública direta e indireta da Prefeitura Municipal, pelo prazo de 3 (três) anos.

17.6. A sanção prevista no inciso IV do item 17.2. deste termo será aplicada ao responsável pelas infrações administrativas previstas nos incisos VIII, IX, X, XI e XII do caput do art. 155 da Lei 14.133/2021, bem como pelas infrações administrativas previstas nos incisos II, III, IV, V, VI e VII do caput do referido artigo que justifiquem a imposição de penalidade mais grave que a sanção referida no item 17.2.5, e impedirá o responsável de licitar ou contratar no âmbito da Administração Pública direta e indireta de todos os entes federativos, pelo prazo mínimo de 3 (três) anos e máximo de 6 (seis) anos.

17.7. A sanção estabelecida no inciso IV do item 17.2 deste termo será precedida de análise jurídica e observará as seguintes regras: I - quando aplicada por órgão do Poder Executivo, será de competência exclusiva do prefeito municipal.

17.8. As sanções previstas nos incisos I, III e IV do item 17.2 deste termo, poderão ser aplicadas cumulativamente com a prevista no inciso II do mesmo item.

17.9. Se a multa aplicada e as indenizações cabíveis forem superiores ao valor de pagamento eventualmente devido pela Administração ao contratado, além da perda desse valor, a diferença será descontada da garantia contratual estabelecida do item 17 ou por meio de cobrança judicial.

17.10. A aplicação das sanções previstas no item 17.2 não exclui, em hipótese alguma, a obrigação de reparação integral do dano causado à Administração Pública.

17.11. Na aplicação da sanção prevista no inciso II do item 17.2. deste termo, será facultada a defesa do interessado no prazo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data de sua intimação.

17.12. A aplicação das sanções previstas nos incisos III e IV do item 17.2 Requererá a instauração de processo de responsabilização, a ser conduzido por comissão composta de 02 (dois) ou mais servidores estáveis, que avaliará fatos e circunstâncias conhecidos e intimará o contratado para, no prazo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data de intimação, apresentar defesa escrita e especificar as provas que pretenda produzir.

18. DA GARANTIA CONTRATUAL

18.1. Não haverá a exigência da garantia da contratação nos termos do art. 96 e seguintes da Lei nº 14.133/2021.

19. DAS COMUNICAÇÕES OFICIAIS

19.1. Para os fins deste procedimento licitatório e da futura contratação decorrente, o endereço de e-mail devidamente cadastrado pela licitante na plataforma oficial utilizada para o presente certame será considerado como meio oficial de comunicação, sendo de inteira responsabilidade da licitante acompanhar, consultar e manter atualizado tal endereço eletrônico

19.2. Todas as comunicações, notificações, avisos, intimações, solicitações de esclarecimentos, convocações, advertências, penalidades, bem como qualquer outro comunicado relativo tanto ao processo licitatório quanto à execução do objeto contratado, incluindo eventuais Atas de Registro de Preços e contratos, serão realizadas através do e-mail informado, produzindo todos os efeitos legais, independentemente de outro meio.

19.3. O não recebimento de comunicações em razão de e-mail desatualizado, incorreto, caixa de entrada cheia, ou falhas no sistema de correio eletrônico da licitante não exime a responsabilidade da empresa quanto aos atos e prazos do certame e da execução contratual ou da ARP.

19.4. Este procedimento está em conformidade com os princípios da publicidade, da eficiência e da celeridade processual, nos termos da Lei nº 14.133/2021.

19.5. Portanto, o e-mail cadastrado na plataforma digital oficial será utilizado como meio válido, eficaz e suficiente para a prática de atos e comunicações, desde a fase de planejamento, passando pelo julgamento, homologação, adjudicação, formalização contratual e, quando aplicável, durante toda a execução do objeto.



ESTADO DE SERGIPE
PREFEITURA MUNICIPAL DE BOQUIM

Boquim (SE), 18 de março de 2026.

Responsável pela elaboração,

FLÁVIA THAIS ANDRADE COSTA
Setor de Planejamento